

RH Holding e Participações S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

KPDS 1433798

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 13 de março de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
RS Holding e Participações S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RS Holding e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

RS Holding e Participações S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		137.746	95.834
Caixa e equivalentes de caixa	6	517	490
Aplicações financeiras	6	19.965	26.012
Tributos a recuperar	7	8.918	4.846
Juros sobre capital próprio a receber		108.346	64.486
Não circulante		1.382.476	1.338.412
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	-	22.031
Tributos a recuperar	7	23	22.127
Investimentos	9	1.382.453	1.294.254
Total do Ativo		1.520.222	1.434.246
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		73.372	100.094
Debêntures	10	-	44.366
Fornecedores		2	-
Impostos e contribuições a recolher		4.783	7.043
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		68.587	48.683
Outras obrigações		-	2
Não circulante		-	468.204
Debêntures	10	-	466.430
Imposto de renda e contrinuição social diferidos	8.2	-	1.774
Patrimônio líquido	11	1.446.850	865.948
Capital social		1.102.899	585.899
Reservas de lucros		343.951	280.049
Total do passivo e patrimônio líquido		1.520.222	1.434.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(201)	(314)
Serviços		(184)	(291)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(7)	(11)
Editais e publicações		(10)	(11)
Outros		-	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	9	139.799	179.247
Resultado antes do resultado financeiro		139.598	178.933
Resultado Financeiro	12	(57.592)	(82.127)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		82.006	96.806
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	1.800	1.051
Lucro líquido do exercício		83.806	97.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	83.806	97.857
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	83.806	97.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros a realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2023		585.899	16.951	188.482	-	791.332
Lucro líquido do exercício		-	-	-	97.857	97.857
Destinações:						
Reserva legal		-	4.893	-	(4.893)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(23.241)	(23.241)
Reserva de retenção de lucros		-	-	69.723	(69.723)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		585.899	21.844	258.205	-	865.948
Aumento de capital social em 08 de março de 2024	11.1	22.000	-	-	-	22.000
Aumento de capital social em 26 de setembro de 2024	11.1	495.000	-	-	-	495.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	83.806	83.806
Destinações:						
Reserva legal	11.2	-	4.190	-	(4.190)	-
Dividendo mínimo obrigatório	11.4	-	-	-	(19.904)	(19.904)
Reserva de retenção de lucros	11.3	-	-	59.712	(59.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.102.899	26.034	317.917	-	1.446.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RS Holding e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		83.806	97.857
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(1.774)	(1.051)
Juros e variação monetária sobre debêntures	12	54.618	80.786
Equivalência patrimonial	9.2	(139.799)	(179.247)
Rendimento de aplicação financeira		(1.998)	(4.603)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Tributos a recuperar	7	25.772	(7.750)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		-	117.699
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		2	-
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		(2.260)	16.449
Outras obrigações		(2)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		18.365	120.140
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras líquidas de resgate		8.045	(5.646)
Resgates / aplicações (conta reserva)	6	22.031	2.529
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		30.076	(3.117)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures:			
Pagamentos de principal e juros	14.2	(565.414)	(116.649)
Aumento de capital	14.2	517.000	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(48.414)	(116.649)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		27	374
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		490	116
No final do exercício		517	490
		27	374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia RS Holding e Participações S.A (“Companhia”) foi constituída em 26 de novembro de 2019, como uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, domiciliada na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 4º andar, sala 1, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é acionista direta com participação 100% da seguinte Companhia:

CCR ViaSul (ViaSul): Em 21 de novembro de 2018, foi constituída a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul (ViaSul), a qual é responsável pela operação e manutenção de 473,4 km de rodovias federais no estado do Rio Grande do Sul a partir de 11 de janeiro de 2019, data de assinatura do contrato de concessão. O prazo de concessão vai até 14 de fevereiro de 2049. Em 15 de fevereiro de 2019, foi iniciada a operação comercial da ViaSul.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 13 de março de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
13. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada.

Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.5. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.



O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.7. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18;



3.8. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Outras Normas Contábeis

A seguinte norma alterada não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10 e 13.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10 e 13.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.



O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Fornecedores	2
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	68.587

Sua Controladora CCR, manifesta formalmente seu compromisso financeiro, através de aportes de capital ou empréstimos, quando estes forem necessários, para manutenção das operações da Companhia direta, para que ela possa honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	6	8
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	511	482
Total	517	490

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	19.965	26.012
Aplicações financeiras (a)	19.965	26.012
Não Circulante	-	22.031
Conta reserva (b)	-	22.031
Total	19.965	48.043

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,08% do CDI, equivalente a 10,88% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (100,77% do CDI, equivalente a 13,21% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo; e
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionada a debêntures (nota explicativa n.º 10).

7. Tributos a recuperar

	2024	2023
Circulante	8.918	4.846
IRPJ	13	3.389
IRRF	8.905	1.457
Não Circulante	23	22.127
IRRF	23	22.127



8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	82.006	96.806
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(27.882)	(32.914)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	47.532	60.944
Juros sobre capital próprio	(17.544)	(25.794)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	(847)	(1.793)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	541	608
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.800	1.051
Impostos correntes	26	-
Impostos diferidos	1.774	1.051
Alíquota efetiva de impostos	2,19%	1,09%

(a) Diferenças temporárias não constituídas por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo.

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	-	759
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	759
Compensação de imposto ativo	-	(759)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	-	(2.533)
Custo de transação de empréstimos	-	(2.533)
Compensação de imposto passivo	-	759
Impostos passivos após compensação	-	(1.774)
Imposto diferido líquido	-	(1.774)
Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	(1.774)	(2.825)
Reconhecimento no resultado	1.774	1.051
Saldos em 31 de dezembro	-	(1.774)



9. Investimentos

9.1. Composição dos investimentos

Controlada	Atividade principal	% de participação em 31/12/2024	Investimentos		Resultado da participação societária	
			2024	2023	2024	2023
ViaSul	Concessão rodoviária	100%	1.382.453	1.294.254	139.799	179.247
Total			1.382.453	1.294.254	139.799	179.247

9.2. Movimentação do investimento

	2024
Saldos em 1º de janeiro	1.294.254
Resultado de equivalência patrimonial	139.799
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(51.600)
Saldos em 31 de dezembro	1.382.453

9.3. Informações financeiras resumidas

Controlada	2024			2023			2024			2023		
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Total das receitas brutas do exercício	Lucro líquido do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Lucro líquido do exercício		
ViaSul	3.207.597	1.825.144	1.382.453	2.755.306	1.461.052	1.294.254	1.250.257	139.799	1.050.542	179.247		
Total	3.207.597	1.825.144	1.382.453	2.755.306	1.461.052	1.294.254	1.250.257	139.799	1.050.542	179.247		

10. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
5ª Emissão - Série única (*)	CDI+1,50%AA	1,8059% (a)	Outubro de 2031	14.017	-	-	510.796 (b)
				Total	-	-	510.796

(*) Liquidada antecipadamente em 08 de outubro de 2024.

	2024	2023
Circulante	-	44.366
Debêntures	-	45.746
Custos de transação (a)	-	(1.380)
Não circulante	-	466.430
Debêntures	-	472.500
Custos de transação (a)	-	(6.070)
Total	-	510.796

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantia:

(b) Garantia real.



11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 8 de março de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$ 22.000, mediante aporte em moeda corrente do País com a emissão de 22.000.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 0,909091 totalmente subscritas e integralizadas em 29 de abril de 2024 por sua única acionista. O capital social da Companhia passou de R\$ 585.899 para R\$ 607.899 dividido em 607.899 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$ 495.000, com a emissão de 495.000.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em 07 de novembro de 2024 por sua única acionista. O capital social da Companhia passou de R\$ 607.899 para R\$ 1.102.899 dividido em 1.102.899 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

11.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

11.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo n.º 196 da lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

11.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	83.806
(-) Constituição de reserva legal	(4.190)
Lucro líquido ajustado	79.616
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado	19.904
Total de dividendo mínimo obrigatório aprovado	(19.904)



12. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(58.075)	(82.121)
Juros sobre debêntures	(54.618)	(80.786)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(3.457)	(1.335)
Receitas financeiras	483	(6)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.108)	(1.794)
Juros e outras receitas financeiras	1.591	1.788
Resultado financeiro líquido	(57.592)	(82.127)

13. Instrumentos financeiros

13.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
Ativos	Nível	20.482	48.533
Valor justo através do resultado		20.482	48.533
Caixa e bancos	Nível 2	6	8
Aplicações financeiras	Nível 2	20.476	26.494
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	-	22.031
Custo amortizado		108.346	64.486
Dividendos e juros sobre o capital próprio		108.346	64.486
Contas a receber - partes relacionadas		-	-
Depósitos judiciais		-	-
Passivos		(68.589)	(559.481)
Custo amortizado		(68.589)	(559.481)
Debêntures (a)		-	(510.796)
Fornecedores e outras contas a pagar		(2)	(2)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(68.587)	(48.683)
Fornecedores - partes relacionadas		-	-
Total		60.239	(446.462)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelo seu valor justo (nível 2), o saldo apurado seria o seguinte:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	-	-	518.246	548.561

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.



Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

13.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

13.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	20.586	1.853	1.393	931
Efeito sobre as aplicações financeiras		1.853	1.393	931
Total do efeito líquido de ganho / (perda)		1.853	1.393	931

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	12,1500%	9,1125%	6,0750%
--------------------	----------	---------	---------

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).



14. Demonstrações dos fluxos de caixa

14.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-
Tributos a recuperar	7.740
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(7.740)

14.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(510.796)	(585.899)	(1.096.695)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	565.414	(517.000)	48.414
Aumento de capital	-	(517.000)	(517.000)
Pagamento de principal e juros	565.414	-	565.414
Outras variações que não afetam o caixa	(54.618)	-	(54.618)
Juros sobre debêntures	(54.618)	-	(54.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.102.899)	(1.102.899)

15. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária: (i) o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 328.732, mediante: (a) a capitalização da totalidade do saldo da conta de "Dividendos a pagar" no montante de R\$ 48.054, já declarados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e de 2023 e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 18 de abril de 2023 e 17 de abril de 2024; (b) a capitalização da totalidade do saldo da conta de "Juros sobre Capital Próprio" no montante de R\$ 629, já destacados conforme aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2022; (c) capitalização parcial do saldo da conta de "Reserva Legal" no montante de R\$ 21.844, já destacados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023; (d) capitalização da totalidade do saldo da conta de "Reserva de Retenção de Lucros" no montante de R\$ 258.205, já destacados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023; com a emissão de 328.732 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas por sua única acionista CCR S.A.; (ii) registrar, em face do quanto acima estipulado, que o capital social da Companhia passará de R\$ 1.102.899, para R\$ 1.431.631 representado por um total de 1.431.631 ações; (iii) aprovar a redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação às atividades constantes em seu objeto social, em conformidade com o disposto no artigo 173 da LSA, no montante de até R\$ 1.430.000, mediante a devolução do referido valor aos acionistas, com pagamento em moeda corrente, bens e/ou direitos, conforme vier a ser decidido na Assembleia Geral Extraordinária que confirmar a redução do capital social, após cumprimento do prazo de oposição de credores e sujeito à obtenção das aprovações necessárias, que passa a correr da publicação da presente ata; (iv) consignar que, em decorrência da deliberação do item (iii) acima, o capital social da Companhia passará de R\$ 1.431.631, representado por um total de 1.431.631 ações, para até o valor mínimo de R\$ 1.631 representado



por um total de 1.631 ações, valor esse a ser confirmado na Assembleia Geral Extraordinária que deliberar sobre o assunto, após cumprimento do prazo de oposição de credores.



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro Efetivo
Waldo Edwin Péres Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes	Diretor Presidente
Fausto Camilotti	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0